



GREVE POR TEMPO INDETERMINADO A PARTIR DO DIA 16

Governo trata trabalhadores (as) como adversários (as), por isso categoria reavalia apoio as grandes obras do setor energético

Historicamente no Governo Lula os (as) trabalhadores (as) urbanitários (as) foram tratados como parceiros, mas afinal o que significa a palavra parceria? Segundo os dicionários: ***Reunião de indivíduos para certo fim com interesse comum.***

E foram assim os oito anos em que estivemos várias vezes na ponta de lança em defesa de um projeto político que mostrou compromisso com a categoria. Muitas vezes em nome do fortalecimento do país apoiamos obras polêmicas como complexo Madeira, Girau, Santo Antônio e principalmente Belo Monte. Essa posição muitas vezes no causou grande desgaste junto às entidades dos movimentos sociais, porém nunca abandonamos essa parceria.

Hoje, diante de uma conjuntura adversa, onde o governo nos coloca como seu adversário, negando aos (as) trabalhadores (as) do Sistema Eletrobras um acordo digno e persegue seguidamente as entidades sindicais com interditos proibitórios, chegou a hora de repensar essa parceria que começou em 2003, reavaliando junto com a

categoria se politicamente devemos ou não continuar apoiando essas grandes construções no setor elétrico.

O certo é que Governo Dilma precisa definir rapidamente uma posição, pois parceria somente é válida se for boa para os dois lados, que tenham interesse comum. Ou seja, o interesse em manter uma política de valorização dos trabalhadores iniciada pelo Governo Lula e que não poder ser abandonada em nome de interesses que em NADA contribuem para o fortalecimento do setor elétrico. A palavra agora está com o Governo.

O CNE sempre se posicionou a favor do diálogo, porém, diante de negociações frustradas e a intransigência da direção da Holding e dos órgãos do Governo (DEST, Ministério de Minas e Energia e do Planejamento), vamos à luta através de uma greve que se anuncia histórica, pois há mais de 20 anos não realizamos uma paralisação de tamanha grandeza. Os (as) trabalhadores estão preparados (as) e dispostos a irem às últimas consequências para conquistar um ACT justo e digno.

UNIDADE POR ACT JUSTO UNE FNU E FENATEMA

As assembleias realizadas já aprovaram a greve por tempo indeterminado no dia 16 de julho. Vamos agora à luta dentro do conceito de unidade, inclusive com a adesão dos sindicatos filiados a FENATEMA, que não fazem parte do campo da CUT. Neste momento colocamos de lado as divergências e resolvemos caminhar juntos, FNU, FENATEMA e seus sindicatos. O significado dessa unidade é muito grande, pois mostra que os (as) trabalhadores (as) pela primeira vez na história dos eletricitários estarão reunidos diante de uma grande

bandeira de luta: ACT digno e o fortalecimento do setor elétrico federal. Vamos à luta.

As Assembleias realizadas em TODAS as 14 Empresas da HOLDING: ELETROBRAS, ELETRONORTE, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, CHESF, FURNAS, CGTEE, CEPISA, CEAL, CERON, AMAZONAS ENERGIA, BOAVISTA ENERGIA e ELETROACRE deliberaram por GREVE por tempo INDETERMINADO, a partir de 16 de julho.

ELETROBRAS ADOTA MODELO QUE PRIVILEGIA SETOR PRIVADO

Com o vencimento de concessões em 2015 e 2017, fala-se da redução de receita, caso haja renovação onerosa visando à modicidade tarifária. Ora, se as empresas que vêm liderando e financiando o processo de expansão – as estatais – perderiam receita, e elas são instrumento estratégico do governo para garantir expansão da infraestrutura energética do país, de onde virão os recursos para esse financiamento? Não é possível que o atual modelo do setor elétrico continue a elevar os preços de energia aos consumidores, mas não sejam remunerados devidamente os investimentos presentes e futuros realizados, garantindo a continuidade da expansão.

Nesse sentido, ao se comparar a Receita Operacional Líquida (ROL) entre empresas estatais e privadas, deve-se ter em mente as diferenças de estrutura entre elas,

principalmente a forma como toda a capacidade instalada é vendida e remunerada. Além disso, é imprescindível considerar as respectivas funções que desempenham para o setor elétrico nacional. Sem as estatais do setor, ele poderá ter a pujança compatível com a economia forte que se quer para o Brasil?

Nesse caso, é inevitável questionar: será que o real problema do grupo Eletrobrás é o seu “P”, ou o fato de estar inserido em um modelo que penaliza as estatais em favor de empresas privadas que intermediam a compra de energia a preços baixos e sua venda a preços mais elevados, sem que sequer operem – como muitas térmicas – mas apenas intermediem contabilmente a compra em leilões a preço baixo e a venda por meio de contratos garantidos de fornecimento?

Trabalhadores da Petrobrás sinalizam greve a partir do dia 20

A Federação Única dos Petroleiros solicita que a estatal reajuste em 2,3% o valor da PLR 2011 em relação aos valores praticados em 2010

O prazo para que a Petrobrás apresente uma nova proposta referente ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2011 se encerra nesta quinta-feira e, até o momento, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) não recebeu qualquer posicionamento da estatal. Por isso, os trabalhadores já iniciaram assembleias e indicam o início de uma greve geral no próximo dia 20 de julho. Até o dia 19 os trabalhadores realizarão assembleias em diferentes estados.

VEJA TAMBÉM

O movimento a favor da greve teve início nas bases de trabalhadores dos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, de acordo com a FUP. “Os trabalhadores estão aprovando por ampla maioria a greve”, destacou a entidade ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A FUP destaca também que trabalhadores já adotam a iniciativa de atrasar o início do expediente.

A entidade espera que a estatal apresente uma nova proposta após reunião entre representantes dos trabalhadores e a presidente da Petrobrás, Maria das Graças Foster. O encontro, realizado nesta quarta-feira, também contou com a presença do diretor Corporativo e de Serviços da companhia, José Eduardo Dutra.

A FUP solicita que a Petrobrás reajuste em 2,3% o valor da PLR 2011 em relação aos valores praticados em 2010. O percentual apresentado ao departamento de Recursos Humanos da Petrobrás foi calculado com base no valor pago pela estatal nos dividendos - 2,3% superior ao do ano anterior. A companhia, em contrapartida, destaca que o lucro líquido do ano passado encolheu 7,8% em relação a 2010 e por isso o mesmo ajuste deve ser adotado no cálculo da PLR.

Dilma sancionará reajustes de até 31% para 938 mil servidores do Executivo

O Senado aprovou ontem (11/7) a Medida Provisória 568, que concede reajustes a 938 mil servidores ativos e inativos do Executivo. Agora, ela vai à sanção da presidente Dilma Rousseff. São beneficiadas 29 categorias do funcionalismo. O aumento é a partir de 1º de julho e vai de 2% a 31%. Para os 138 mil professores federais, o ganho, de 4% no vencimento básico e na retribuição por titulação, é retroativo a março deste ano.

Editada em maio, a MP provocou polêmica e críticas, porque alterava a carga horária dos médicos e dos veterinários de estabelecimentos de saúde

públicos, de 20 para 40 horas, o que resultaria à metade as remunerações. Após negociações com o governo, o relator da MP, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), manteve no texto a jornada de 20 horas e estabeleceu salários dobrados para as 40 horas. A MP 568 substitui o Projeto de Lei nº 2.203, enviado ao Congresso em agosto do ano passado, com a proposta do Orçamento de 2012, e reflete os acordos pactuados no primeiro semestre de 2011. O impacto nas despesas é de R\$ 1,65 bilhão neste ano e de R\$ 2,7 bilhões anuais a partir de 2013.